

IRREGULARIDADES

Usuários do serviço público de saúde escrevem ao ministro José Serra denunciando que foram mal atendidos e pagaram pelo que deveria ser gratuito

Cartas revelam fraudes no SUS

Cibelle Colmanetti e Valesca Riviéri
Da equipe do **Correio**

Pelos corredores de hospitais particulares e santas casas filiados ao Sistema Único de Saúde (SUS), vagam milhares de pacientes fantasmas. Alguns deles, embora nunca tenham sido internados, custaram caro aos cofres públicos. No total, o governo gastou com casos suspeitos R\$ 2.817.521. Houve até atendimento a mortos. Um senhor brasileiro, por exemplo, entrou na sala de cirurgia 19 anos depois de ter sido enterrado. E o SUS ainda desembolsou R\$ 520,35 para pagar a operação na próstata. A fraude foi descoberta graças às cartas enviadas aos usuários pelo Ministro da Saúde José Serra para avaliar o atendimento na rede pública e checar se o governo repassou para os hospitais o valor corresponde ao serviço prestado. A iniciativa, que começou no ano passado, tem ajudado a detectar problemas no sistema em todo o país. Nessa semana, o ministério está divulgando os resultados que incluem as últimas respostas referentes às internações de janeiro desse ano.

Desde abril de 1999, foram enviadas 1.563.275 cartas a usuários em todo o país. Elas resultaram em 4.577 denúncias, o equivalente a 0,29% dos atendimentos. A grande maioria é de gente que pagou por serviços que, depois, foram novamente pagos pelo SUS. Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais são os campeões em denúncias e reclamações. As cartas, que pediam que a pessoa avaliasse os serviços, traziam também elogios à rede do SUS.

Os dados de fraudes parecem baixos, mas o ministério ressalva que muitas das cartas sequer foram respondidas. “Fomos informados que o prefeito de Sítio do Mato, na Bahia, comprou cartas por até R\$ 200”, afirma Renilson

Carlos Moura



ATEVALDO SOBRAL SE ENDIVIDOU, MAS TIROU O FILHO PEDRO DO HOSPITAL PÚBLICO POR REPROVAR O ATENDIMENTO

AValiação dos usuários

ESTADO	DENÚNCIAS	CARTAS EMITIDAS
1º Rio de Janeiro	803	132.011
2º São Paulo	675	307.676
3º Paraná	644	123.809
4º Minas Gerais	604	161.628
5º Rio Grande do Sul	404	131.982
16º Distrito Federal	44	22.227
Total Brasil	4.577	1.563.275

Fonte: Ministério da Saúde

Rehen, secretário Nacional de Assistência à Saúde. Segundo ele, no Rio Grande do Norte, em Rondônia e na Paraíba, a correspondência foi interceptada.

“Não consideramos os números baixos porque nossa postura é intolerância total para os casos de

fraudes”, garante Rehen. Apesar de o ministério ter tomado à frente no envio das cartas, cabe às Secretarias Estaduais de Saúde investigar as denúncias e tomar providências quando o problema é confirmado. Mas nem todas têm capacidade de realizar o trabalho

de forma ágil. Pelas últimas estatísticas federais, com data ainda de março, apenas 4,03% das denúncias haviam sido apuradas.

No Rio Grande do Sul, quinto estado em denúncias, com 404 relatos, ainda não houve punições. “Estamos com um pouco de dificuldade para investigar os casos”, reconhece a coordenadora de Controle e Avaliação da Secretaria Estadual de Saúde, Ana Cecília Stenzel. Para encaminhar todas as reclamações, incluindo as feitas diretamente na secretaria, há apenas dois funcionários.

Goiás, sexto no ranking, com 349 denúncias, já suspendeu sete hospitais particulares conveniados ao SUS, em consequência de cobranças indevidas. E, segundo o superintendente de Controle e Avaliação da Secretaria Estadual de Saúde, Sílvio Di-

vino de Melo, o governo descredenciou um hospital de Maurilândia por internar um paciente fantasma.

No Distrito Federal, nem o secretário de Saúde Jofran Frejat nem o secretário-adjunto Paulo Kalume sabiam da existência de 44 denúncias. “É de estranhar porque no ano passado até fomos elogiados”, diz Frejat. O quadro do DF é diferente porque todo o atendimento do SUS é feito pelos hospitais públicos. Como a secretaria já recebe o máximo de recursos estabelecido pelos critérios da União — cerca de R\$ 7,5 milhões mensais —, não adiantaria cobrar por atendimentos não realizados, pois eles não aumentam a cota predeterminada.

O secretário justifica a cirurgia feita no homem que morreu em 1981: “Detectamos 9,84% de homônimos (nomes com pronúncia igual, mas grafia diferente) entre as pessoas atendidas e esse senhor pode estar incluído.” Mas os prontuários possuem não apenas os nomes como também o endereço e o telefone das pessoas.

Além das denúncias, houve 56 elogios e 30 reclamações, principalmente quanto ao mau atendimento. O comerciante Atevaldo Sobral, 26 anos, viveu esse problema ao internar o filho Pedro Gabriel no Hospital Materno Infantil (Hmib) no dia 8 de janeiro de 2000.

Segundo o comerciante, foram 13 dias de angústia, nos quais o menino, com problema de bronquite, foi parar na UTI. Para completar, Pedro recebeu alta da unidade sem que a família ficasse sabendo. “Quando liguei, fiquei desesperado porque meu filho, de oito meses, estava sozinho em uma maca sendo cuidado pelas outras mães”, conta, magoado. Com medo de o bebê piorar, o pai acabou pegando um empréstimo de R\$ 2.400. O dinheiro serviu para a interna-

Controlar é complicado

Dos 44 casos denunciados no DF, Frejat se preocupa com um deles. Uma mulher respondeu à carta do Ministério, dizendo que pagou R\$ 200,00 pela anestesia do filho que sofre de arritmia cardíaca. Ele fez um estudo eletrofisiológico (para saber como o coração estava funcionando), em dezembro do ano passado. “A secretária do médico disse que o SUS não cobria as despesas com anestesia”, explica a mãe, na carta.

“É difícil de controlar a cobrança por fora”, reconhece Frejat. Ele afirma que a mãe pode reaver o dinheiro se levar os comprovantes à Secretaria e fazer uma queixa por escrito. Caso o médico que exigiu o pagamento seja identificado, ele poderá ser demitido.

Quase todas as denúncias restantes se referem a pessoas que não moravam nos locais fornecidos no momento de preencher o formulário. A secretaria alega que isso se deve aos moradores do Entorno, os quais, com medo de ser barrados, dão endereços falsos.